



“Não conheço advogados deputados a fazer tráfico de influências na Madeira”

A afirmação é de José Prada, deputado e presidente do conselho distrital da Ordem dos Advogados, em resposta à acusação de Marinho Pinto

O responsável diz não sentir-se atingido pela denúncia do bastonário e admite que há promiscuidade, mas é entre o Estado e as grandes sociedades de advogados. “Não com deputados que face ao seu pequeno numero são irrelevantes para fazer passar qualquer lei, tanto aqui como na Assembleia da República”, ressalva.

**Tribuna da Madeira, por Cármen Vieira
18-11-2011**

O bastonário da Ordem dos Advogados voltou à carga em relação à promiscuidade entre o Estado e os advogados no passado fim-de-semana, durante o Congresso dos Advogados Portugueses. José Prada, deputado e presidente do conselho distrital da Ordem dos Advogados, não se sentiu atingido pelas acusações, diz desconhecer que alguém faça tráfico de influências e garante que se soubesse denunciava-o nos locais próprios.

“Há promiscuidade entre o Estado e as grandes sociedades de advogados e não com deputados que face ao seu pequeno numero são irrelevantes para fazer passar qualquer lei, tanto aqui como na Assembleia da República”, acrescenta. “Basta ver quem tem as grandes



acções do Estado, a quem este chama para lhes fazer contratos e lhes atribui gordas avenças e que sempre andam à volta dos grandes escritórios, em especial de Lisboa e Porto.”

José Prada defende que a independência é uma das qualidades primeiras do advogado. “Só um advogado independente será justo, mas a sua independência dependerá do modo como no dia a dia exerce a profissão sem constrangimentos de qualquer espécie”, alerta.

Mas defende que a liberdade e independência dos advogados não se alcançam vedando-lhes o exercício de deputado. “Tanto assim é que no meio de tanta corrupção que anda por aí não se fala nem aponta qualquer caso ou exemplo com semelhante pertinência”, lamenta. “A menos que se entenda e defenda por absurdo – que os advogados deputados ficam afectados por uma qualquer ‘capitis deminutio’ que não atinge os restantes cidadãos.”

Noutro âmbito, lamenta os incidentes polémicos ocorridos no Congresso dos Advogados, envolvendo o bastonário da Ordem dos Advogados, a ministra da Justiça e o presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público. “Podiam e deviam ser evitados”, defende. “Os gestos muitas vezes doem mais que as palavras e ficam com quem os pratica.”

Para José Prada, não foi cordial que a ministra tenha saído no decorrer do discurso de um “colega que merecia toda a consideração e respeito (o presidente do conselho distrital de Coimbra e do secretariado do congresso)”. “Mesmo que haja divergências, como há entre a ministra e o bastonário, não era o congresso o lugar para as trazer à baila”, opina.



Até porque, opina, as polémicas passaram uma mensagem contrária à que se pretendia. “Para a opinião pública parece que o congresso foram apenas ‘uns casos’, mas na realidade não foi assim, só foi transmitido o que de ‘mau’ se passou lá”, lamenta, salientando que foram falados temas muito importantes para o exercício da advocacia.

“O seu estatuto e garantias do advogado, administração da justiça, direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e o aperfeiçoamento da ordem jurídica em geral”, enumera.

Em qualquer caso, José Prada diz concordar com Marinho Pinto quando este afirma que este modelo de congresso está esgotado, uma vez que não permitiu que fossem discutidas as principais questões relacionadas com a advocacia. “O congresso não pode perder um dia a aprovar mais de 500 conclusões, muitas repetidas dos congressos anteriores e outras de pouca importância que no dia seguinte caem no esquecimento”, exemplifica. “O congresso devia estar virado para discutir ideias e sugestões capazes de melhorar a justiça.”

Quanto às polémicas ocorridas, encara-as como o espelho do estado da justiça. “É preciso uma mudança de mentalidades, quer na apologia exclusivamente economicista que está na ‘cabeça’ dos políticos, quer na perspectiva dos profissionais do sector – magistrados, advogados e funcionários – que estão mais preocupados com as suas barrigas do que com o bem público que lhe está subjacente”, considera José Prada.



“No dia em que todos estes interventores conseguirem trabalhar de forma cooperante e deixarem de se preocupar com as suas capelinhas, tudo se compatibilizará e será melhor para todos”, finaliza o presidente do conselho distrital da Madeira da Ordem.